



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**DE CLÁUDIA – PREVI-CLÁUDIA**  
**UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**

CNPJ: 04.718.591/0001-98  
E-mail: controleinterno@claudia.mt.gov.br  
Av. Gaspar Dutra – SN° - CEP 78540-000 - Fone (0XX66) 3546-3101 - Cláudia-MT

**PARECER CONTROLE INTERNO**  
**APOSENTADORIA POR IDADE**  
**SERVIDOR: MARIA MADEALENA DA SILVA**

**1. INTRODUÇÃO**

Destaca-se, inicialmente, que o órgão de Controle Interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 009 de 14 de agosto de 2007 e regulamentado através de Decreto nº 046 no dia 03 de setembro de 2007 do Executivo Municipal e a posterior nomeação do seu membro pela Portaria nº 146 de 25 de fevereiro de 2016.

**2. IDENTIFICAÇÃO DO (A) SERVIDOR (A):**

<b>NOME:</b>	MARIA MADEALENA DA SILVA
<b>NOME DA MÃE</b>	
<b>NOME DO PAI</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>CARGO EFETIVO:</b>	MANUTENÇÃO DA INFRA ESTRUTURA ESCOLAR, CLASSE A, NÍVEL 07
<b>ÓRGÃO DE LOTAÇÃO</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
<b>REGIME</b>	ESTATUTÁRIO
<b>DATA DE ADMISSÃO</b>	07/02/1995
<b>DATA DE VACÂNCIA (EXONERAÇÃO)</b>	22/04/2019
<b>MATRÍCULA Nº</b>	88
<b>RG</b>	
<b>CPF</b>	
<b>PIS/PASEP</b>	
<b>DATA DE NASCIMENTO</b>	27/12/1958
<b>SEXO</b>	FEMININO

**3. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL:**

<b>ITEM</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>VERIFICAÇÃO</b>
1	Ofício de encaminhamento;	Constam no processo dos autos devidamente Ofício nº 089/2019 do dia 20 de maio de 2019 e assinado pela Diretora Executiva
2	Requerimento do servidor ou pedido ex officio;	Consta no processo dos autos Requerimento de Benefício de



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**DE CLÁUDIA – PREVI-CLÁUDIA**  
**UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**

CNPJ: 04.718.591/0001-98  
E-mail: controleinterno@claudia.mt.gov.br  
Av. Gaspar Dutra – SNº - CEP 78540-000 - Fone (0XX66) 3546-3101 - Cláudia-MT

		Aposentadoria Especial, Professor, conforme art. 99 § I, II, III E IV, da Lei Municipal nº 473/2013.
3	Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF);	Constam no processo.
4	Ato concessório, contendo a qualificação civil do servidor (RG e CPF), qualificação funcional, período de tempo de contribuição, fundamentação legal da concessão e assinatura da autoridade competente;	Consta a Portaria de nº 025/2019 de 22/04/2019 dos autos, com devido amparo legal, a Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
5	Cópia da publicação do ato concessório, na imprensa oficial;	Consta publicação da Portaria no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso, edição de nº 3.212, de 23/04/2019.
6	Histórico funcional atualizado com as designações e dispensas, inclusive com o período de início e término no exercício de cargo e/ou função de confiança, bem como o último enquadramento;	Consta no Processo Certidão de Vida Funcional, fornecida pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Cláudia.
7	Certidão, ou ato de nomeação, ou admissão do servidor, indicando o regime jurídico inicial;	Consta no Processo o Termo de Posse nº 139/1995 de 18/05/1994 e a Portaria nº 453/1995 de 07/02/1995.
8	Certidão de contagem de tempo de contribuição emitida pelo órgão ao qual esta vinculada o servidor, devendo constar também o tempo de contribuição averbado, quando houver;	Consta no Processo Certidão de Tempo de Contribuição, emitida de acordo com a Portaria do MPAS de nº 154, de 15/05/2008.
9	Certidão original de tempo de contribuição de outros órgãos previdenciários, inclusive do regime geral de previdência social (INSS), que comprove o tempo averbado, para fins de aposentadoria;	NÃO É O CASO. (Apresentou Declaração que não apresentou Certidão de Tempo de Contribuição para averbação junto ao Município de Cláudia/MT).
10	Planilha de proventos elaborada pela entidade ou órgão concedente;	Consta nos autos e planilha de proventos de acordo com o dispositivo no artigo 6-A da EC nº 41/2003 redações da EC nº 70/2012 as fls. 19.
11	Cópia do contracheque ou ficha financeira da última remuneração, indicando a legislação a que se refere;	Consta a ultima remuneração, estabelecida pela Lei Complementar nº 066, de 15 de abril de 2019, sendo que esta Lei entra em vigor na data de sua



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**DE CLÁUDIA – PREVI-CLÁUDIA**  
**UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**

CNPJ: 04.718.591/0001-98  
E-mail: controleinterno@claudia.mt.gov.br  
Av. Gaspar Dutra – SN° - CEP 78540-000 - Fone (0XX66) 3546-3101 - Cláudia-MT

		publicação, produzindo efeitos retroativos a 01 de Março de 2019. Tabela de referência salarial, que estava em vigor à data da aposentação.
12	Nas concessões de aposentadoria com base no artigo 40, § 3º e 17 da constituição federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 41/03, combinado com o art. 1º da lei 10887/04, deverão ser anexadas todas as fichas financeiras, desde a competência julho/94 ou desde o início da contribuição, se posterior aquela competência, que comprovem as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado;	Consta nos autos.
13	Declaração do servidor dando ciência quanto à redução dos proventos;	Constam no auto devidamente assinada, datada de 23/04/2019.
14	Manifestação jurídica acerca da fundamentação legal e composição dos proventos;	Consta nos autos Parecer Jurídico nº 051/2019/PJUR.
15	Declaração de não-acumulação remunerada ilegal de cargo público assinada pelo servidor;	Constam no auto devidamente assinada, datada de 23/04/2019.
16	Declaração assinada pelo órgão de que o servidor não responde a processo disciplinar;	Apresenta nos autos emitidos pela Prefeitura de Cláudia, que o Servidor não responde ou respondeu a processo disciplinar administrativo, datada de 23/04/2019.
17	No caso de aposentadoria por invalidez, apresentar laudo médico oficial original assinado por junta médica oficial, conforme anexo xlv, se for o caso;	Não é o caso.
18	Decisão judicial, quando for o caso;	Não é o caso.

Observa-se que o processo atende a instrução normativa nº10/2009 da PREVI-CLÁUDIA – Fundo de Previdência Social dos Servidores de Cláudia - MT, a Lei nº473/2013 e suas alterações para Concessão de Benefício Previdenciários e Manual de Triagem de documentos do TCE/MT de acordo com a Resolução Normativa de nº 001, de 17/02/2009 e suas alterações.

**Da formalização:**

O Processo apresenta-se devidamente identificado, paginado e com sumário, atendendo a organização e formalização dos processos administrativos.

**Do enquadramento:**



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**DE CLÁUDIA – PREVI-CLÁUDIA**  
**UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**

CNPJ: 04.718.591/0001-98  
E-mail: controleinterno@claudia.mt.gov.br  
Av. Gaspar Dutra – SN° - CEP 78540-000 - Fone (0XX66) 3546-3101 - Cláudia-MT

O Direito postulado encontra-se amparado legalmente, pelo disposto no Artigo 40, §1º, inciso III, alínea “b” da Constituição Federal com redação dada pela EC 20, de 15/12/1998, e Artigo 12, III, alínea “b” da Lei Municipal nº 473/2013 de 24 de abril de 2013.

**Da condição do segurado:**

Apresenta o Termo de Posse nº 139/1995 de 18/05/1994 e a Portaria nº 453/1995 de 07/02/1995, que estabelece a condição de segurado do PREVI-CLÁUDIA de acordo com os artigos 94 da Lei nº 8213/1991, artigo 130 e 133 do Decreto 3.048 e da Lei Municipal nº 473/2013, de 24/04/2013, certidão de vida funcional da Prefeitura Municipal de Cláudia com todas referencias funcionais.

**Da elegibilidade do benefício:**

Foi apresentado todos os documentos comprovando o direito do benefício a segurada. O cálculo dos proventos de aposentadoria será calculado com base na remuneração do cargo efetivo em que ser der a aposentadoria, na forma da lei, sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal.

**Do tempo de contribuição/serviços:**

INÍCIO	FIM	PERÍODO UTILIZADO	DIAS	ORGÃO
18/05/1994	31/12/1995	Todo período	228	PREVI-CLÁUDIA/CONTRATADO
07/02/1995	22/04/2019	Todo período	8.841	PREVI-CLÁUDIA

<b>TOTAL</b>	<b>9.069 DIAS</b>
--------------	-------------------

**Da remuneração de contribuição:**

A composição do vencimento do mês de abril 2019 (utilizado para cálculo a Lei Complementar nº 066, de 15 de abril de 2019, sendo que está Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 01 de Março de 2019), de acordo com a ficha financeira, conforme quadro abaixo:

Discriminação	
salário-base	R\$ 1.541,63
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.541,63</b>



**ESTADO DE MATO GROSSO  
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
DE CLÁUDIA – PREVI-CLÁUDIA  
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**

CNPJ: 04.718.591/0001-98  
E-mail: controleinterno@claudia.mt.gov.br  
Av. Gaspar Dutra – SN° - CEP 78540-000 - Fone (0XX66) 3546-3101 - Cláudia-MT

**Do valor do benefício:**

Provento no valor de R\$ 1.06,06 (Um mil e seis reais e seis centavos), de acordo com a planilha de cálculo, com base em valores vigentes a data do ato concessório, tratando-se da última remuneração de contribuição, envolvendo o vencimento base, gratificação de função, estando de acordo com a determinação legal.

**Da conclusão:**

Tendo em vista as análises supracitadas conclui-se que o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cláudia, de forma geral atendeu os requisitos para a concessão do benefício, com fulcro na legislação aplicada à administração pública municipal e ao RPPS. Salvo o melhor juízo sou pelo parecer favorável a aprovação da instrução processual nos moldes apresentados.

Cláudia – MT, 22 de maio de 2019.

**ORIGINAL ASSINADO**

**EDUARDO FONTANA  
CONTROLADOR INTERNO**

PORTARIA 146/2016